

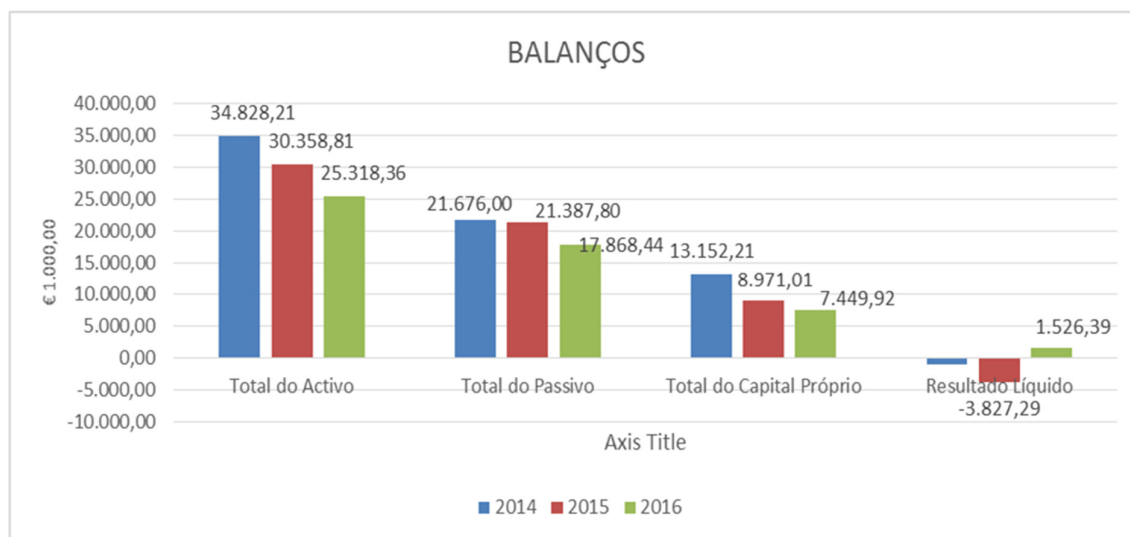


SINFIC - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, SA

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAL 2016

Destaques do Relatório

Principais Indicadores	2014	2015	2016
Volume de negócios, milhões euros	7,6	1,69	0,5
Exportações, % do VN	82,2%	64,81%	84,11%
Resultado operacional, milhões euros	0	-2,94	2,24
Rendibilidade dos capitais próprios	-7,7%	-42,66%	20,49%
Colaboradores, nº médio	167	81	18
Total do activo, milhões euros	34,8	30,36	25,32
Autonomia financeira	37,8%	29,55%	29,42%



Relatório Contas Individual

Índice

Destaques do Relatório	2
Mensagem da Administração	4
Ano em Revista.....	6
Ambiente Macroeconómico	7
Perspectiva geral dos negócios em 2016	11
Governança e Participadas	13
Accionistas	15
Visão, Missão, Valores e Princípios.....	15
Recursos Humanos.....	15
Eixos estratégicos - Oferta e Operações.....	15
Análise das contas individuais.....	16
Perspectivas para 2017	21
Proposta de aplicação de resultados.....	22
Lista de acções possuída pelos membros dos órgãos de administração	23
Demonstrações Financeiras e Anexos às Contas.....	24
Demonstrações Financeiras Individuais	24
Anexos às contas Individuais.....	28
Anexo individual ao Balanço e Demonstração dos Resultados	28
Certificação Legal de Contas.....	52

Mensagem da Administração

Senhores accionistas,

A Administração da SINFIC, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao Fiscal Único e à Assembleia-Geral o Relatório de Gestão das contas individuais, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, incluindo-se a Certificação Legal das Contas, elaborada por Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Estes documentos, elaborados de acordo com as disposições legais em vigor e à luz dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, expressam a situação económica e financeira e os resultados da actividade desenvolvida no exercício económico de 2016 e visam dar também público conhecimento sobre a evolução dos negócios, a situação económica e financeira e os aspectos mais relevantes da actividade da empresa durante este ano.

RECONFIGURAÇÃO DA EMPRESA E PROCESSO DE RECUPERAÇÃO

Conforme referido nos Relatórios e Contas dos anos transactos, a exposição da empresa ao mercado angolano e o colapso deste, com início em 2014, caracterizado por uma suspensão generalizada da actividade económica e a inviabilidade crescente de transferência de divisas, teve consequências devastadoras sobre a viabilidade financeira da SINFIC, que se agravou significativamente em 2015, e nos obrigou a recorrer à protecção legalmente consagrada na figura do PER: Processo Especial de Revitalização.

Enfrentámos situações sistemáticas de saída de colaboradores, no contexto de denúncia dos respectivos contratos de trabalho com justa causa, à luz da legislação vigente, com o consequente acréscimo das obrigações acrescidas em termos de indemnizações

legalmente devidas. Esta situação impediu-nos de reunir as condições para concluir projectos já adjudicados noutras geografias, nomeadamente o projecto piloto do Censo na RDC e acabou por inviabilizar as condições de crescimento sustentado e viável da empresa, nos termos do seu projecto original.

Face à perda paulatina de recursos humanos provocados por esta situação e ao facto de, numa empresa com activos intelectuais, os recursos humanos serem imprescindíveis à manutenção do valor inerente aos produtos desenvolvidos, negociámos a possibilidade de, num contexto de criação de novas empresas, recorrendo naturalmente a outros investidores que não a SINFIC, os ex-colaboradores pudessem alavancar o desenvolvimento das soluções tecnológicas que caracterizavam a missão e a alma da SINFIC, sendo esta ressarcida através da exploração de direitos de propriedade intelectual sobre as vendas. Estas novas empresas começaram as respectivas actividades em meados de 2015, tendo este arranjo sobrevivido e mesmo frutificado durante o ano passado, aliás provando a oportunidade da sua génese, devido em parte significativa à adjudicação por parte do governo angolano, durante o ano de 2016, à nossa participada angolana SINFIC - Sistemas de Informação Industriais SA., das operações de actualização do Sistema de Registo Eleitoral relativo às Eleições Gerais de Agosto de 2017, que garantiram parte do pagamento em divisas para estes fornecedores, que por sua vez, foram capazes de cumprir com as suas obrigações (pagamento de royalties e aluguer de instalações) para com a SINFIC, vertente essencial para o cumprimento com as nossas obrigações no âmbito do PER. Outro aspecto da nossa actividade foi o apoio logístico que conseguimos dar a este projecto, que portanto se revelou verdadeiramente essencial a mais um ano de sobrevivência.

Porque, não haja dúvidas, de sobrevivência se trata, conquistada em cada dia, graças ao esforço de uma equipa dedicada, e aos compromissos que têm vindo a ser felizmente

cumpridos, por parte das empresas criadas por alguns dos nossos antigos colaboradores.

Neste contexto, conseguimos terminar o ano de 2016 com um volume de negócios (contas individuais) de 502.523,81 euros (não incluindo 204.310,56 euros concernentes a direitos de propriedade intelectual, ou royalties) e resultados líquidos positivos de cerca do triplo (exactamente 1.526.385,72 euros, conseguidos sobretudo graças aos resultados positivos imputados da nossa participada homónima angolana, por aplicação do método da equivalência patrimonial, e apesar de uma contribuição negativa, entre outras, de cerca de 260 mil euros, por parte de uma das nossas participadas no Brasil).

Portanto, em relação a 2015, e apesar da redução na actividade e no quadro de pessoal, e das obrigações no âmbito do PER (que significativamente, ainda não incluíram as amortizações do capital no contexto dos diversos empréstimos bancários), graças ao sucesso pontual conseguido em Angola, os indicadores financeiros apresentam um desenvolvimento positivo.

Assim, a forma como gerimos a reconfiguração da actividade da SINFIC e a respectiva dimensão, quer em termos de recursos humanos, quer em termos da respectiva missão, numa tentativa estruturada de garantir a viabilidade da empresa a longo prazo e o cumprimento das suas obrigações, permitiu, no ano que passou, apresentar resultados positivos.

Recordando, a nossa actividade consiste actualmente: (a) na exploração das instalações da sede, enquanto “escritório partilhado”, alugadas a diversas empresas, criadas na maioria, mas não só, por ex-colaboradores; (b) na exploração dos direitos de propriedade intelectual desenvolvida sob a égide da SINFIC ao longo de uma actividade de mais de duas décadas; (c) gestão de participações em empresas sediadas em Angola, Brasil, Moçambique e RDC (neste caso, indirectamente); e (d) projectos pontuais de consultoria e/ou apoio logístico.

Embora a aprovação do PER tenha sido essencial para a nossa continuada existência, torna-se cada vez mais claro que o peso do

passado configura-se muito pesado para ser possível garantirmos a sobrevivência da empresa (seria necessário um grau de sucesso excepcional, à luz do passado, na actividade das nossas participadas, o que não é de todo possível garantir, obviamente, nem razoável esperar, sobretudo tendo em conta a excepcionalidade da oportunidade havida em Angola, que não é repetível no curto prazo e os resultados negativos, nomeadamente o ocorrido no Brasil); vamos continuar a lutar pelo cumprimento das nossas obrigações, mas talvez venha a ser necessário renegociar as condições do PER.

Agradecemos aos nossos accionistas e clientes a confiança e paciência que têm vindo a demonstrar.

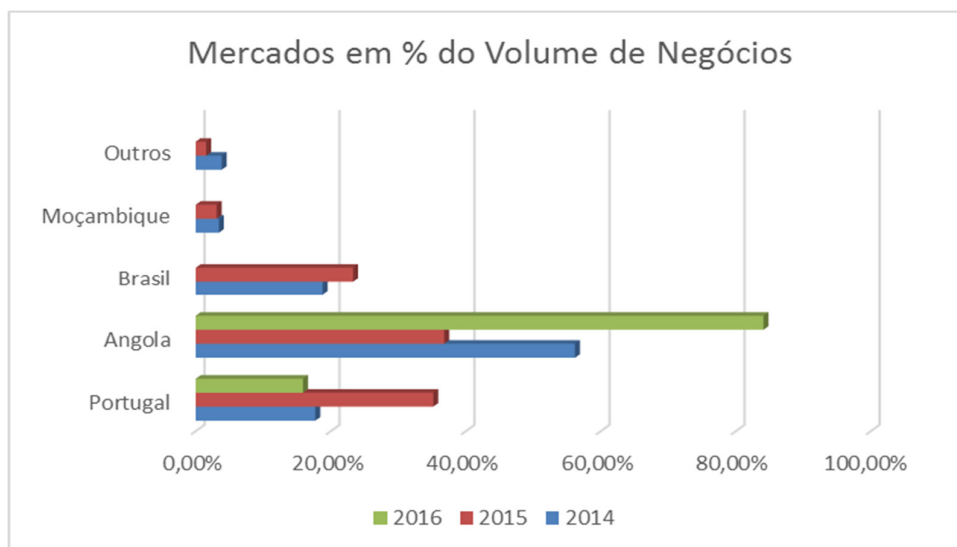
Agradecemos ainda e sobretudo aos colaboradores da SINFIC que estão de corpo e alma com a empresa apesar das dificuldades que continuamos a enfrentar.

Certos de que continuaremos a lutar todos os dias para alcançar os objectivos e metas com que nos comprometemos, enfrentaremos o ano de 2017 com esperança, assente esta nas condições ao nosso alcance e nas oportunidades que conseguirmos concretizar.

Ano em Revista

2016 foi um ano de consolidação da nova estratégia (de sobrevivência, para sermos rigorosos) de negócio da SINFIC reconfigurada - em virtude das vicissitudes enfrentadas a partir de 2014 -, reconfiguração essa caracterizada pela exploração do capital intelectual construído ao longo dos anos anteriores à crise; pela gestão das participações no capital de empresas noutros mercados; pela exploração das instalações da sede, em Alfragide, enquanto “escritório partilhado”; e pela prestação de serviços de consultoria tecnológica e gestão e apoio logístico.

Em 2016, o valor das exportações para Angola, que continua apesar de tudo a ser o nosso principal mercado, foi de 422.674,88 euros¹, pese embora a continuada dificuldade na exportação de divisas.



Volume de negócios SINFIC PT

euros	2014	2015	2016
Portugal	1.359.490,22	595.940,38	79.848,93
Angola	4.310.633,69	623.520,35	422.674,88
Brasil	1.443.037,07	394.864,79	
Moçambique	263.542,29	52.711,60	
Outros	295.931,06	26.314,27	
	7.672.634,33	1.693.351,39	502.523,81

¹ Em 2013, este valor havia sido de 6,3 milhões de euros.

Ambiente Macroeconómico

Economia internacional

2016 foi um ano de baixo crescimento ou contracção nos mercados preferenciais da SINIFIC (Angola: crescimento de 2,3% no sector não petrolífero, inferior ainda ao ano anterior, de acordo com Relatório de Conjuntura do BAI, num contexto continuado de desequilíbrios estruturais, dificuldades de acesso a crédito bancário, irregularidades nos pagamentos de clientes e extremas dificuldades na aquisição e exportação de divisas); Brasil: contracção de 4%, a maior queda em 26 anos, depois da segunda maior contracção no ano imediatamente anterior, segundo o IBGE; na RDC, em que estivemos envolvidos num projecto com bastante potencial, tivemos de desistir, mantendo embora uma linha de comunicação com os ex-parceiros locais).

Portugal

Redução (continuada) do volume de negócios

Volume de negócios, M€	2014	2015	2016
Mercado Nacional	1,36	0,6	0,079

A taxa de crescimento da economia em 2016 foi de 1,4% (sobre um crescimento de 1,5% no ano transacto), o que corresponde a uma melhoria sustentada em relação ao período até 2014. Dadas as dificuldades de tesouraria vividas pela empresa, e a reconfiguração a que nos obrigou, a carteira de negócios relativa ao mercado nacional assenta essencialmente na exploração das instalações, o que é amplamente reflectido no quadro acima. Conforme referido anteriormente, por motivos de enquadramento legal, este valor não inclui os direitos de propriedade intelectual cobrados, correspondentes a 204.310,56 euros.

Angola

Volume de negócios, M€	2014	2015	2016
Angola	4,3	0,6	0,4

Actividade Económica

A actividade económica em Angola continua caracterizada por uma continuada e bem conhecida contracção, a que se associa a dificuldade que o país continua a enfrentar, por motivos políticos e económicos diversos, para conseguir liquidez em divisas. A facturação conseguida neste mercado em 2016 teve a ver essencialmente com serviços de coordenação e apoio logístico a operações relacionadas com o Registo Eleitoral relativo às Eleições Gerais de 2017, operações essas adjudicadas à nossa participada angolana.

Angola vive desde finais de 2014 uma profunda crise económica e financeira devido à quebra para metade nas receitas com a exportação de petróleo. De acordo com o gabinete de estudos económicos e financeiros do banco português BPI, os principais indicadores sobre a economia de Angola relativos a 2016 apontam para “um cenário de estagnação ou mesmo de recessão”: “na ausência de dados do PIB angolano (os últimos dados definitivos correspondem ao ano de 2013), as várias estatísticas económicas mostram uma economia em estagnação ou mesmo quebra, tanto no setor petrolífero como nas outras indústrias”. Ainda de acordo com a mesma fonte, um cenário de estagnação em 2016, como apontam as previsões do Fundo Monetário Internacional e da *Economist Intelligence Unit*, “é também o cenário mais natural dada a diminuição dos gastos estatais, quando as despesas do Estado assumem um papel tão importante na economia, como no caso de Angola - a despesa do Estado representava, nos últimos dados, 26% do PIB angolano, enquanto o investimento, que é maioritariamente público, totalizava 27% do PIB”. Assim, temos que “não só por via de menores subsídios e menor compra de bens e serviços por parte do Estado, como por um significativo decréscimo do investimento público, são factores que indicam que o país estará num cenário de estagnação ou mesmo de recessão”.

Evolução do PIB

O Governo prevê um crescimento da economia em 2016 equivalente 1,1% do PIB, na revisão do Orçamento aprovado em Setembro.

Inflação

Em 2015, a taxa de inflação acabou por se situar na casa dos 2 dígitos, cifrando -se em **13,29%**. De acordo com dados do BNA e do Instituto Nacional de Estatística, fechou o ano de 2016 (janeiro a dezembro) nos 42% (N.B.: estando a diminuir em 2017).

Taxa de Juro

Tal como a inflação, a taxa de juro base conheceu sucessivas alterações durante o ano. A primeira ocorreu durante o 1º trimestre de 2015 em que a taxa sofreu um aumento de **9%** para **9,25%**, no 3º trimestre de **10,25%** para **10,50%** e no 4º trimestre de **10,50%** para **11%**, uma variação de 2 pontos percentuais de Fevereiro a Dezembro. Este ciclo de subidas continuou, com três aumentos em 2016, acabando por se fixar nos 16%, a partir de Junho.

Taxa de Câmbio

A moeda angolana continuou a desvalorizar oficialmente durante o ano de 2016, especificamente entre Janeiro e 15 de Abril, quando a taxa de câmbio em relação ao dólar foi fixada em 165 kwanzas, valor que se manteve até o fim do ano; embora a desvalorização no mercado informal continuasse a ser significativamente superior, a margem em relação ao câmbio oficial reduziu-se em cerca de um terço ao longo do ano, para menos de 400 kwanzas.

A diferença entre as taxas de câmbio praticadas nos circuitos oficial e alternativo ajudam a explicar a dificuldade de acesso a divisas, mas não são toda a explicação, existindo em jogo outras questões de fundo, de natureza política e económica, não totalmente claras, e sujeitas portanto a derivas especulativas.

Brasil

Evolução de negócio

No Brasil, depois de 2015 ter sido caracterizado por um crescimento forte do volume de vendas conjugado com um desajuste das necessidades de capital face às necessidades de financiamento da compra dos equipamentos e da estrutura da empresa, com um EBITA negativo, o que obrigou a um

foco permanente na gestão dos fluxos de caixa, conseguiu-se uma significativa melhoria no equilíbrio financeiro da empresa, reestruturando financiamentos e realizando um aumento de capital que permitiu equilibrar o caixa e liquidar a maioria do passivo de curto prazo, restando apenas em aberto os saldos relativos a empresas do grupo, o que permitiu melhorar as condições de operação de modo a assegurar um menor risco de funcionamento nas operações e preparar a empresa para funcionar em uma maior escala econômica (20.000 ativos), volume a partir do qual se perspectiva a inversão dos principais indicadores de equilíbrio econômico e financeiro.

Positivo, em consequência da agressividade comercial, o aumento do valor do portfolio de contratos que ascende agora a USD 30M (direitos que vencem nos próximos 36 meses).

Do lado negativo, o aumento da inadimplência decorrente de atrasos no processo de implantação de ERP e dos mecanismos de automação dos processos de faturação e CAR - Contas a Receber.

Ainda em fase de consolidação todo o esforço de homologação e melhoria da qualidade operacional que hoje acarreta um esforço de manutenção superior a 30%, o que é efetivamente um problema grave quer do ponto de vista de custo quer do ponto de vista de percepção da qualidade por parte dos nossos clientes.

Os custos de estrutura subiram também em função dos investimentos no reforço da capacidade da empresa e sobretudo no incremento das estruturas de marketing e vendas adequando-as a uma estratégia de desenvolvimento de canais de angariação de oportunidades através de mecanismos e processos de marketing digital, o que obrigou a empresa a investir em estruturas de suporte aos processos de gestão comercial (CRM) assim como em sistemas de gestão de automação de fluxos de nutrição baseados em redes digitais de modo a reforçar a marca junto de uma comunidade de interessados.

A empresa espera assim reforçar a sua procura direta uma vez que a indireta (gerada por parceiros) tem tido um declínio acentuado em função do ambiente recessivo da economia.

O prejuízo operacional diminuiu em 45%, ou seja, em R\$ 1M (USD 300.000), situando-se agora na faixa dos USD 500.000 (R\$ 1,6 M) contra um prejuízo de 800.000 verificado em 2015.

Seguiu positiva a evolução do volume de vendas, com um crescimento superior a 35% alinhado com expectativas, tendo merecido destaque a celebração de dois contratos OEM que permitiram alargar a base de clientes e melhorar a escala econômica da operação.

Ambiente macroeconómico

No Brasil o sentimento geral é de desânimo face a mais um ano de goradas expectativas quanto à retomada econômica que vive o maior período recessivo que há memória. Todos os fundamentos estão estáveis e positivos tendo a Balança de transações correntes tido uma trajetória positiva depois da desvalorização cambial ocorrida na sequência do impeachment da “Presidenta” Dilma Rousseff.

Na nossa análise uma sucessão de políticas econômicas e macroeconómicas erradas que originaram um desequilíbrio insustentável e crónico nas contas públicas. É exatamente este desequilíbrio nas contas públicas que somado a um clima de constante instabilidade política alimentada por uma sucessão de notícias de processos judiciais por conta de práticas de corrupção numa dimensão e magnitude que extrapolam qualquer perspectiva mais arrojada que seja. Este manto de suspeição hoje se estende sobre os mais altos dignatários da República e acredito que seja transversal a toda a sociedade que face a esta inusitada proatividade do setor judiciário, vem colocar em causa más-práticas sedimentadas em vários setores de atividade que vivem na dependência direta dos recursos Públicos ou, no melhor dos casos, na dependência de benefícios decorrentes de Regulamentação sectorial.

Toda esta instabilidade acaba minando a credibilidade da classe política que - centrada na sua própria sobrevivência - perde representatividade e capacidade de liderança social adiando assim as tão

necessárias reformas do setor Público, das quais merecem destaque a Reforma Fiscal e a Reforma da Previdência pelo seu poder transformacional mas sobretudo pelo facto de potenciarem a sustentabilidade dos gastos públicos a médio-prazo.

Inevitavelmente a falta de credibilidade e de capacidade política acaba minando a confiança dos empresários que reduzem atividade e adiam decisões de investimento, o que acaba gerando uma espiral negativa de expectativas gerando desemprego e um clima de recessão prolongada que atravessamos ao longo de 2016.

A atividade econômica fechou 2016 com queda de 4,34%, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). O resultado foi ainda pior que o recuo de 4,28% de 2015, marcando a maior retração da série histórica do dado, iniciada em 2003. Em Dezembro, o indicador teve baixa de 0,26% na série com ajuste sazonal, resultado pior que o previsto

Os dados compilados pelo Banco Central quantificam o péssimo momento vivido pela economia brasileira e confirmam que a esperada recuperação da atividade não começou no ano passado. Os números também mostram que essa é a pior recessão já vivida pela economia brasileira, com uma contração de 8,1% nos últimos dois anos.

No quarto trimestre, de 2016, a queda da atividade foi de 0,36% sobre o trimestre anterior e de 3,13% em comparação com igual período de 2015. Em comparação com dezembro de 2015 a baixa é de 1,82% na série sem ajuste (2,41% com ajuste).

No governo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, fala diariamente que o pior já ficou para trás e que a economia pode apontar crescimento já no primeiro trimestre de 2017. O otimismo do ministro tem base em indicadores antecedentes, mas o processo de desalavancagem de empresas e famílias continua e uma retomada só deve se consolidar na segunda metade do ano.

No entanto há que reconhecer a consistência e seriedade da actual equipa económica que tem melhorado - e muito - a transparência e Governação das principais instituições ligadas à gestão da Política Económica do Brasil proporcionando assim uma impressionante redução da inflação e da redução das taxas de juro. Vários setores continuam prevalecendo como campeões económicos mundiais, com destaque para a produção das chamadas *comodities*, seja na Agricultura, na Mineração ou mesmo no setor dos Petróleos onde a PETROBRAS em função de alterações profundas na sua Governação consegue infletir um cenário que se avizinhava catastrófico e trazer sucessivas notícias positivas de geração de valor.

Contas feitas, a recessão tem afetado sobretudo o tecido de micro, pequenas e médias empresas que dependem da massa monetária disponível para consumo e das intenções de investimento que se encontram em baixa à mais de 3 anos e claro as grandes empresas de obras públicas e de construção que vivem na dependência do Orçamento do Estado. o que já é bastante e impacta diretamente nos indicadores de venda da maioria das empresas,

Ficaram goradas as expectativas de saída de recessão ainda em 2016, no final do ano, o número de desempregados ascendeu a 13 Milhões; no entanto merece o consenso da maioria dos analistas de mercado que a economia deve sair da recessão em 2017, embora a maioria dos analistas seja muito cauteloso e moderado nas suas projeções de crescimento moderado, em torno de 1%.

Perspectiva geral dos negócios em 2016

Resultado operacional

Em 2016, o volume de negócios (contas individuais) sofreu uma retração de 70,3% para 503 mil euros (dos quais 84,11% foram obtidos no mercado externo, concretamente Angola), isto depois de em 2015, o mesmo indicador ter sofrido uma retração de 78% para 1,7 milhões de euros. A tendência é clara, mas espera-se ser possível reunir eventualmente condições para estabilização. Os resultados continuam fortemente penalizados pela redução radical da actividade da empresa, associada ainda ao serviço da dívida acumulada, no contexto do PER em curso, que aliás conseguimos cumprir.

Internacionalização

A estratégia da empresa passa agora, incontornavelmente, pela gestão possível das suas participações, já que não é possível acesso a meios financeiros que permitam reforçar o investimento já concretizado (até 2014). A operação no Brasil continua a crescer, mas sem condições de libertação de fundos, o que poderá ter como consequência a médio prazo uma decisão de alienação.

Encerrámos a presença física na RD Congo onde o projecto da Cartografia Censitária continua a evoluir, ainda que lentamente.

Last, mas certamente not least, Angola. Angola representou uns surpreendentes 84,11% das vendas em 2016, fruto da adjudicação à nossa participada nesse território, no capital da qual já não possuímos a maioria, mas a que ainda nos liga, para além do nome, um relevante capital de relações e confiança, construídos ao longo de décadas, um projecto estratégico relacionado com a realização do Registo Eleitoral relativo às Eleições Gerais de Agosto de 2017. Este projecto permitiu a disponibilização de divisas e em princípio, potencia uma fileira de serviços continuados, no âmbito do apoio logístico e da consultoria, que deverá revelar-se estruturante para o futuro da empresa.

Empresas participadas

As participadas, no seu todo, contribuíram com 3.536.512,38 euros de resultados positivos que influenciaram o desempenho global e os resultados consolidados da companhia. Este resultado foi essencialmente influenciado positivamente pelos resultados em Angola, que registou um resultado líquido de cerca de 8,15 milhões de euros.

Empresas Subsidiárias	País	Percentagem Capital detido	Valor Contabilístico	Informação financeira das empresas subsidiárias				
				Activos	Passivos	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido
INOVA	Portugal	47,31%	275.226,96 €	630.133,97 €	48.370,65 €	194.833,81 €	207.065,06 €	- 12.231,25 €
NOVAGEO	Portugal	98,33%	- 305.630,78 €	169.023,11 €	480.388,92 €	174.470,83 €	257.850,36 €	- 83.379,53 €
SINFIC ANGOLA	Angola	49,35%	8.250.167,41 €	95.807.273,27 €	79.089.608,81 €	48.128.888,66 €	39.981.609,79 €	8.147.278,87 €
TUAMUTUNGA TRADING	Portugal	73,68%	95.539,15 €	2.217.510,05 €	2.087.842,36 €	4.137.085,11 €	4.058.466,68 €	78.618,43 €
SINFIC, LDA	Moçambique	48%	- 218.094,75 €	118.895,92 €	4.872,99 €	181.212,91 €	176.148,80 €	5.064,12 €
QUATENUS	Brasil	55%	-1.257.847,73 €	2.528.269,17 €	4.815.265,04 €	2.716.738,82 €	3.189.119,98 €	- 472.381,16 €
METALOCATOR	Brasil	75%	95.210,49 €	164.113,80 €	37.166,50 €	19.448,33 €	11.004,96 €	8.443,37 €
CNS NORTE	Portugal	87,88%	285.038,78 €	595.047,83 €	56.192,65 €	14.878,23 €	105,00 €	14.773,23 €
TOTAL			7.219.609,53 €	102.230.267,12 €	86.619.707,92 €	55.567.556,71 €	47.881.370,64 €	7.686.186,07 €

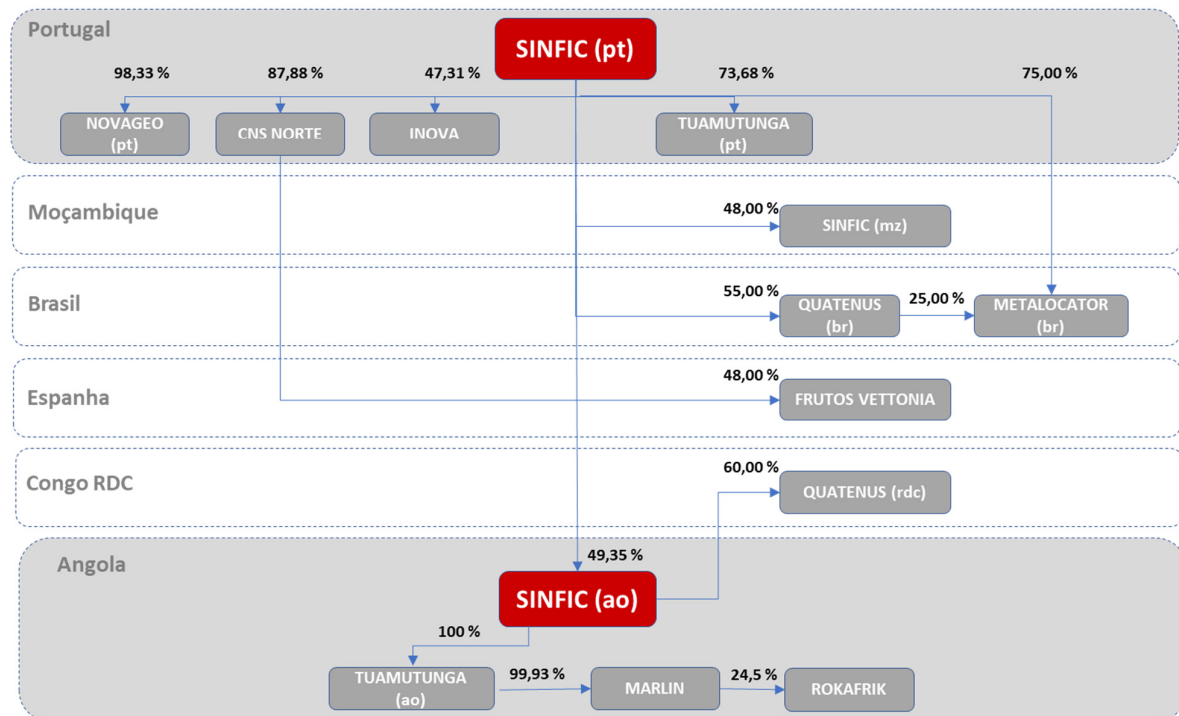
Factos relevantes ocorridos

Conseguimos regularizar a nossa situação contributiva e a conta com a Segurança Social. Conseguimos cumprir o estipulado no PER. Regularizámos todos os ordenados em atraso, bem como outros montantes em dívida a colaboradores. Estabilizámos o quadro de recursos humanos e criámos condições para renovação do seguro de saúde. Conseguimos responder ao desafio colocado pelo apoio logístico à operação em Angola, com meios mais reduzidos. Todas as empresas sediadas nas nossas instalações em Alfragide se mantiveram, explorando sinergias relevantes de um histórico partilhado.

Governança e Participadas

A SINFIC participa directa e indirectamente em empresas dos mais diversos sectores de actividade que actuam nos mais diversos mercados geográficos, conforme se ilustra na figura abaixo.

SINFIC - Grupo Empresarial (2016)



Governo Corporativo

O modelo de governo societário da SINFIC é actualmente baseado num único nível de responsabilidade, o Conselho de Administração, composto por três elementos, nomeados pela Assembleia Geral e com mandato de quatro anos. O Presidente do Conselho de Administração está baseado no país, os outros dois administradores encontram-se baseados em Angola e Brasil, onde acompanham os investimentos locais da empresa.

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Pedro Leite Fragoso (Presidente)

Fernando José Henriques Femenim dos Santos

Luís Filipe da Conceição Nobre



Mesa da Assembleia-Geral

Nina Hansson Leite Fragoso Santos

Conselho Fiscal (Fiscal Único)

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados SROC, representado por Amável Alberto Freixo Calhau.

Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2016, os accionistas e respectivas participações eram as seguintes:

	Nº Acções	V. Nominal	
Fernando Santos	325.281	1.626.405,00 €	32,53%
Nina Santos	226.629	1.133.145,00 €	22,66%
Pedro Fragoso	126.700	633.500,00 €	12,67%
Anisabel Santos	123.134	615.670,00 €	12,31%
Luis Nobre	101.501	507.505,00 €	10,15%
Eurico Santos	58.875	294.375,00 €	5,89%
Paulo Branco	18.125	90.625,00 €	1,81%
Rui Pereira	10.000	50.000,00 €	1,00%
Capital Disperso	9.755	48.775,00 €	0,57%
	1.000.000,00 €	5.000.000,00 €	100,00%

Visão, Missão, Valores e Princípios

A caracterização da empresa, numa perspectiva estratégica de futuro, dados os condicionalismos actuais, ainda está em fluxo. A nossa prioridade é cumprir as obrigações de uma forma sustentada, garantir a sobrevivência da SINFIC e continuar a explorar formas de crescimento no complexo contexto actual em que nos encontramos.

Recursos Humanos

No fim de 2014, a SINFIC ainda contava com mais de 150 colaboradores; no fim de 2015, o quadro de pessoal estava reduzido a menos de 30, a maior parte em áreas administrativas e de suporte, com tendência de diminuição. No fim de 2016, erámos 21, incluindo uma equipa contratada a termo incerto para a missão de apoio logístico ao Registo Eleitoral.

Eixos estratégicos - Oferta e Operações

Neste momento a actividade económica da SINFIC assenta em 4 eixos:

- 1) Aluguer das instalações a outras empresas, enquanto “escritório partilhado”;
- 2) Exploração dos direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos desenvolvidos no quadro da empresa até o fim de Junho de 2015 e entretanto alienados;
- 3) Gestão das participações da empresa em Angola, Brasil, Moçambique e RDC (entretanto, em encerramento);
- 4) Prossecução de oportunidades de negócios de apoio logístico, consultoria ou engenharia em que possamos alavancar competências de gestão de equipas de desenvolvimento e projecto.

Análise das contas individuais

Análise Económica e Financeira

(euros/%)

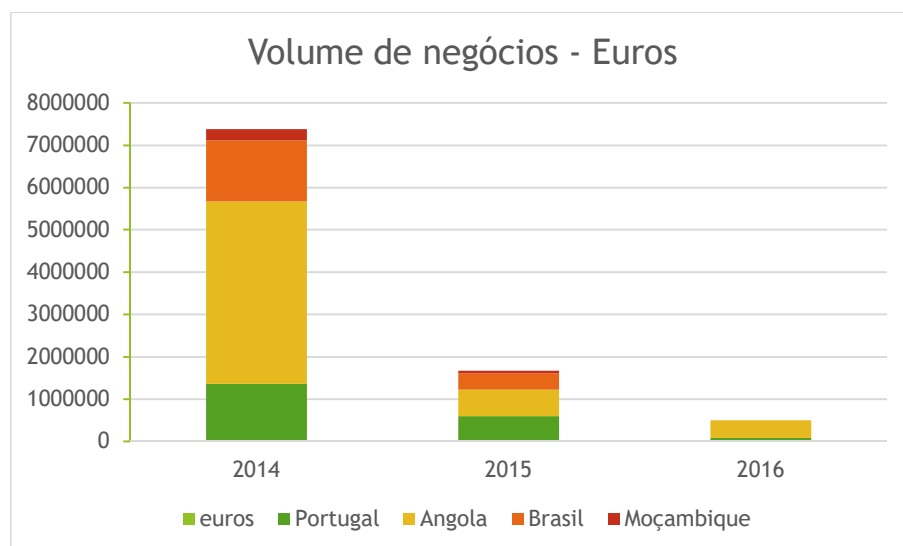
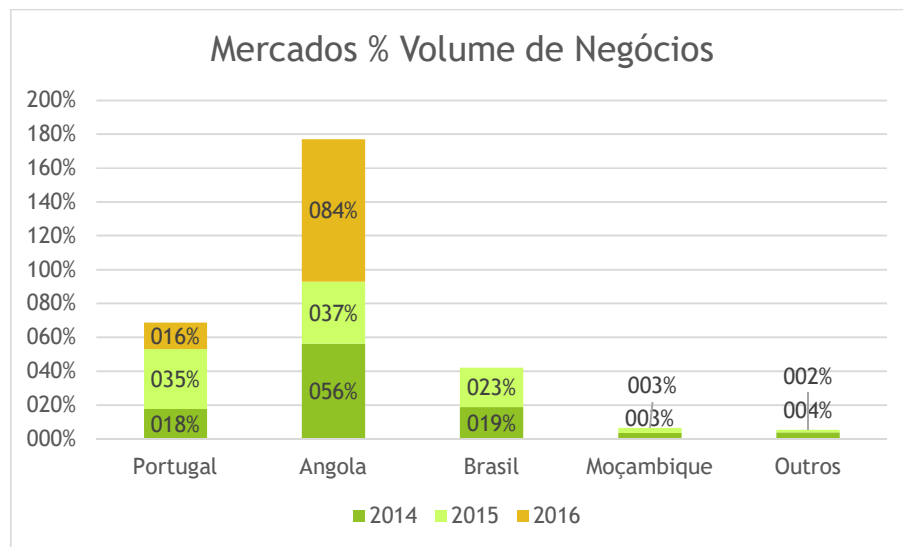
Principais Indicadores	2014	2015	2016
Volume de Negócios	7.672.634,33	1.693.351,39	502.523,81
Trabalhos própria Empresa	701.548,84	0,00	0,00
EBITDA	253.553,36	-2.707.174,95	3.304.537,19
EBITDA/VN	3,30%	-159,87%	657,59%
Resultado Operacional	-40.949,46	-2.943.019,01	2.242.429,55
Resultado Operacional/VN	-0,53%	-173,80%	446,23%
Resultados antes de impostos	-1.009.764,29	-3.800.200,16	1.533.727,74
Resultados antes de impostos/VN	-13,16%	-224,42%	305,20%
Resultado Líquido	-1.009.764,29	-3.827.285,46	1.526.385,72
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-7,68%	-42,66%	20,49%
Total do Activo	34.828.207	30.358.810	25.318.360
Total do Passivo	21.675.995	21.387.801	17.868.439
Total do Capital Próprio	13.152.213	8.971.010	7.449.921
Autonomia Financeira	37,76%	29,55%	29,42%
Solvabilidade	60,68%	41,94%	41,69%
Número de colaboradores (média anual)	167	81	18

Volume de negócios individual

O volume de negócios (contas individuais) da SINFIC atingiu em 2016 um volume de negócios de 503 mil euros, o que representa um decréscimo de 70,3% em relação a 2015.

O mercado de Angola foi responsável pelo maior volume de vendas, tendo as exportações para este país constituído 84,11% do volume de negócios (contas individuais). O mercado nacional representa os restantes 15,89% do volume de negócios da sociedade.

Internamente, o valor do volume de negócios sofreu uma quebra, tendo registado a cifra de 79,85 mil euros, 86,6% abaixo do verificado no ano anterior.



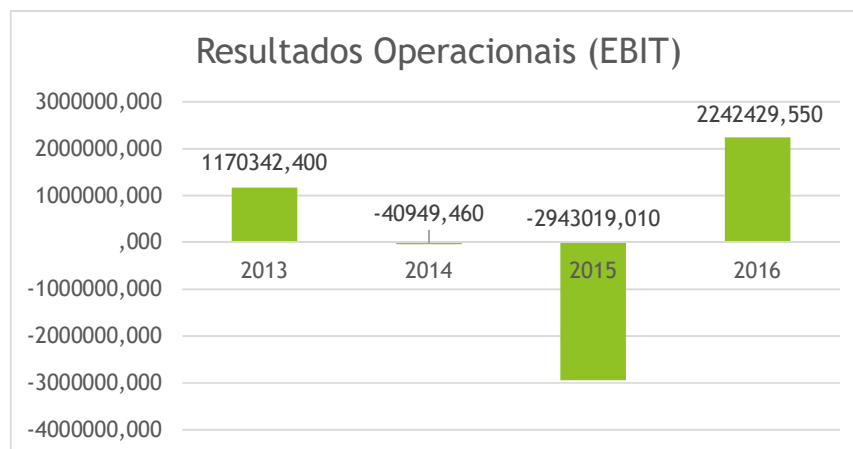
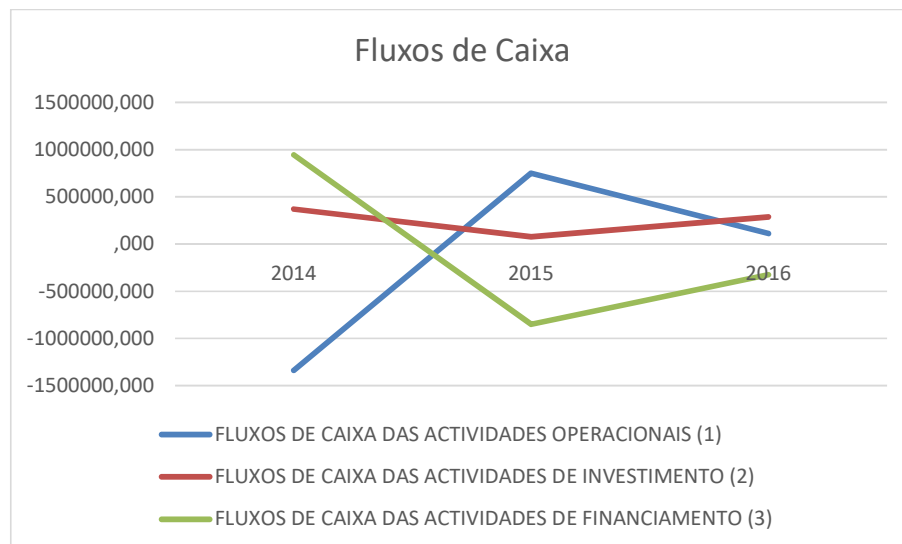
Resultados

O resultado operacional apresentou um resultado positivo de 2.242 mil euros. A causa principal foi o ganho verificado, pelo método da equivalência patrimonial, na participação na participada angolana, SInfic - Sistemas de Informações Industriais, S.A, no valor de 4 milhões de euros.

O custo com as mercadorias vendidas aumentou 215,20%, menos do que proporcionalmente ao aumento das vendas que foi de 480%, enquanto os custos com FSE diminuíram 46,57%. Por outro lado, os gastos com pessoal tiveram uma redução de 78,27% (para 647.139 EUR quando em 2015 tinham sido de 2.977.926,26 EUR).

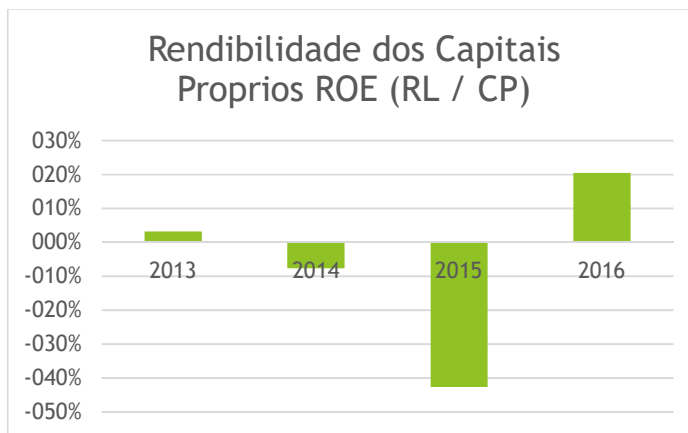
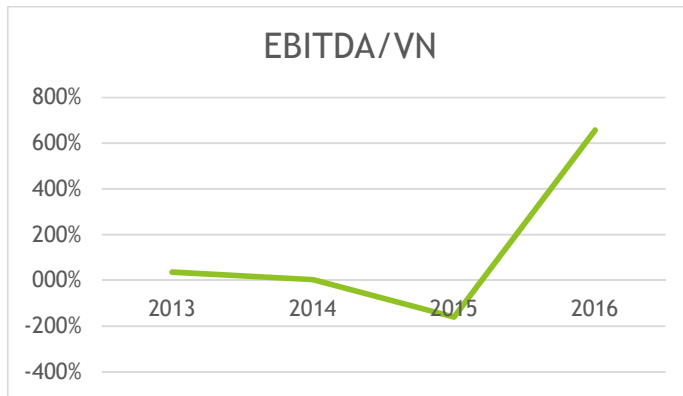
FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa das actividades operacionais foi de 113.237,78 euros (751 mil euros em 2015). O fluxo de caixa das actividades de investimento foi de 286.738,50 euros (78 mil euros em 2015) e o fluxo de caixa das actividades de financiamento foi de - 326.277,17 euros (- 850 mil euros em 2015).



Rendibilidade

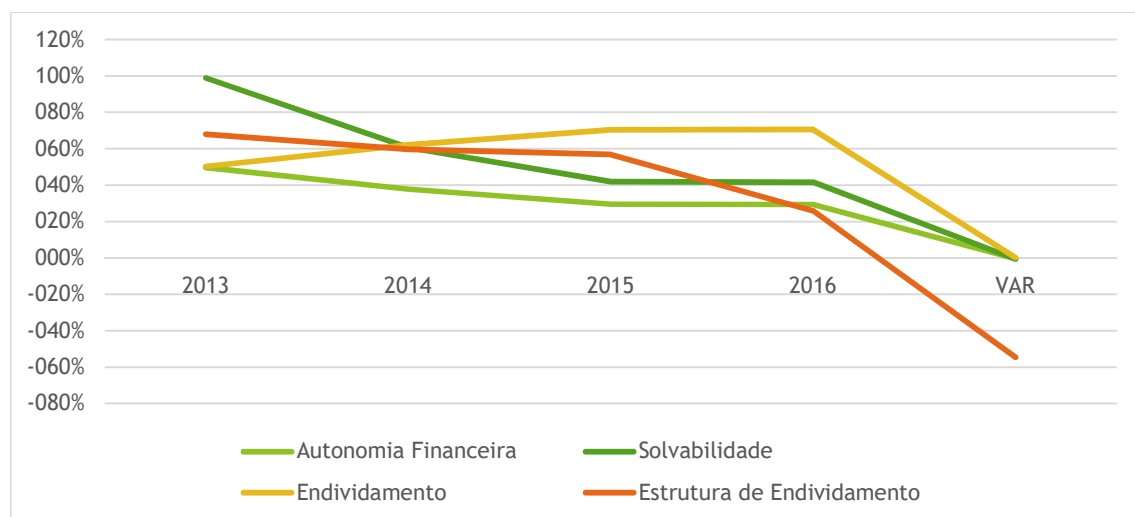
Em 2016 o rácio EBITDA/VN foi de 657,59%. A rentabilidade operacional das vendas (EBIT/VN) desceu de 0,53% em 2014 para -173,80% em 2015 crescendo para 446,23% em 2016, enquanto a rentabilidade dos capitais próprios desceu de -7,7% para -42,66% em 2015 crescendo para 20,49% em 2016.



Balanço

	2013	2014	2015	2016	VAR
Capitais Próprios	16.049.352	13.152.213	8.971.010	7.449.921	-16,96%
Total do Passivo	16.225.539	21.675.995	21.387.801	17.868.439	-16,45%
Total do Activo	32.274.891	34.828.207	30.358.810	25.318.360	-16,60%
Passivo Corrente	10.879.958	12.843.950	12.172.593	4.615.786	-62,08%

	2013	2014	2015	2016	VAR
Autonomia Financeira	49,73%	37,76%	29,55%	29,42%	-0,42%
Solvabilidade	98,91%	60,68%	41,94%	41,69%	-0,59%
Endividamento	50,27%	62,24%	70,45%	70,58%	0,18%
Estrutura de Endividamento	68,00%	59,64%	56,91%	25,83%	-54,61%



O valor do Activo em 2016 é de 25,3 milhões de euros, menos 16.6% face ao ano anterior (30,3 milhões de euros).

O Activo corrente representa 48% do Activo Total e o não corrente 52%. Todas as rubricas do activo corrente diminuíram com excepção da conta de Caixa e Depósitos Bancários.

O saldo da conta de clientes diminuiu 21,47% mas continua a ser muito elevado, representando 20 vezes o volume de negócios do ano.

Os activos relacionados com participações financeiras têm um peso de 36% de todo o activo e demonstra o investimento que foi realizado nas diversas empresas participadas ao longo dos últimos anos.

O Passivo diminuiu 16,45% sendo de 17,87 milhões EUR (21,39 milhões euros em 2015). O passivo não corrente tem um peso de 74,17% no Passivo Total e o corrente de 25,83%. O financiamento bancário

de medio e longo prazo representa 63,48% do total do Passivo num total de 11,343 milhões de euros representando o financiamento bancário de curto prazo 6,11% do Passivo Total.

Capitais Próprios

Ainda que o resultado líquido tenha sido positivo em 2016, os capitais próprios apresentaram uma diminuição de 16,96%, fruto da diminuição na percentagem da participação financeira na nossa homóloga em Angola o que representou uma diminuição de cerca de 2,58 milhões de euros na rubrica de Ajustamentos do Capital Próprio. Em 2016 os capitais próprios eram de 7,45 milhões de euros, sendo os resultados transitados negativos em 1,78 milhões de euros.

Com este valor a autonomia financeira no final do exercício apresentava um rácio de 29,42% enquanto a Solvabilidade ronda os 41,69%.

De destacar que os resultados líquidos das participadas foram todos incorporados nos capitais, não tendo havido distribuição de dividendos.

Perspectivas para 2017

Os produtos que a SINFIC desenvolveu, cujas marcas Quatenus, KnowIt, Decisor, Truly+ ou Niugis, são referência nos respectivos nichos, corporizam soluções relevantes no mercado empresarial e encontram-se já a ser alavancadas através de empresas startup que garantem aos mesmos condições sustentadas de futuro e sucesso. A SINFIC acompanha estes projectos empresariais, nos termos de contratos de licenciamento de direitos de propriedade intelectual já celebrados.

Em 2015 criámos condições para continuar a crescer dentro de um novo paradigma. Será na rentabilização destes activos e na valorização das participadas que continuaremos a apostar em 2017, continuando a tentar que as remunerações dos negócios gerem os proveitos e recursos para cumprir com os compromissos existentes. Continuamos na senda de dar corpo aos nossos activos, remunerar o capital próprio e o capital alheio que a empresa está a gerir, e continuar a tentar reforçar os meios para cumprir com as nossas obrigações.

Estamos ainda nos primeiros passos de uma nova caminhada. Não é a primeira vez que enfrentamos desafios e condicionalismos externos extremos, e estamos a criar as condições objectivas para conseguir ultrapassar as vicissitudes do momento, tornando a redefinir a nossa missão e visão.

Proposta de aplicação de resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2016, no valor de 1.526.385,72 EUR (um milhão quinhentos e vinte e seis trezentos e oitenta e cinco euros e setenta e dois cêntimos), seja transferido da seguinte forma:

- Dando cumprimento ao disposto na lei e nos Estatutos, um montante de 76.319,29 euros (setenta e nove trezentos e dezanove mil euros e vinte e nove cêntimos) correspondente a 5% do resultado líquido do exercício, se destine ao reforço da reserva legal.
- O remanescente, no montante de 1.450.066,43 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil sessenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

Pedro Leite Fragoso



Fernando José H. F. Santos



Luís Filipe da Conceição Nobre



Lisboa, 31 de Maio de 2017

Lista de acções possuída pelos membros dos órgãos de administração

(à data de 31 de Dezembro de 2016)

Lista das acções possuídas pelos membros dos órgãos de administração

(n.º 5 art. 447.º e n.º 4 do art. 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

- Pedro Leite Fragoso - 126.700 (cento e vinte e seis mil e setecentas) acções no valor nominal de cinco euros com o valor total de 633.500,00 (seiscentos e trinta e três mil e quinhentos) euros;
- Luís Filipe da Conceição Nobre - 101.501 (cento e uma mil e quinhentas e uma) acções no valor nominal de cinco euros com o valor total de 507.505,00 (quinhentos e sete mil e quinhentos e cinco) euros;
- Fernando Femenim Santos - 325.281 (trezentos e vinte e vinte cinco mil, duzentos e oitenta e uma) acções no valor nominal de cinco euros com o valor total de 1.626.405,00 (um milhão seiscentos e vinte seis mil, quatrocentos e cinco) euros.

O Conselho de Administração

Pedro Leite Fragoso



Fernando José H. F. Santos



Luís Filipe da Conceição Nobre



Lisboa, 31 de Maio de 2017

Demonstrações Financeiras e Anexos às Contas

Demonstrações Financeiras Individuais



Sinfic - Sistemas Informação Industriais e Consultoria, SA

BALANÇO			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016			
VALORES ACUMULADOS		UNIDADE MONETÁRIA (R\$)	
RUBRICAS	NOTAS	31-dez-2016	31-dez-2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	7	1.828.072,09	2.019.036,29
GOODWILL			
ATIVOS INTANGÍVEIS	6	1.791.391,03	2.687.086,55
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10	9.001.182,79	7.830.507,23
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS	10	119.710,90	119.710,90
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	18	419.890,48	419.837,54
		13.160.247,29	13.076.178,51
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS	11	136.081,69	136.220,29
CLIENTES	5/18	10.288.833,47	13.102.552,81
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	20	153.398,80	280.918,93
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	5/18	1.428.395,15	3.531.947,89
DIFERIMENTOS	20	4.302,68	13.061,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		84.000,00	148.848,32
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	4/18	147.101,26	69.082,51
		12.158.113,05	17.282.631,75
TOTAL DO ATIVO		25.318.360,34	30.358.810,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL SUBSCRITO	18	5.000.000,00	5.000.000,00
PRÊMIOS DE EMISSÃO	18	100.000,00	100.000,00
RESERVAS LEGAIS	18	577.449,16	577.449,16
RESULTADOS TRANSITADOS	18	-1.777.897,33	2.131.573,13
AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	18	2.023.983,67	4.989.272,73
		5.923.535,50	12.798.295,02
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	18	1.526.385,72	-3.827.285,46
		7.449.921,22	8.971.009,56
INTERESSES MINORITÁRIOS			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		7.449.921,22	8.971.009,56
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PROVISÕES	13	1.781.573,26	2.464.126,51
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	8/18	11.343.089,03	6.498.205,73
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	17	127.990,53	252.875,81
		13.252.652,82	9.215.208,05
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES	5/18	579.898,82	1.109.508,09
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	20	88.224,23	1.149.879,73
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	8/18	1.090.905,76	5.388.695,96
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	5/18	2.856.757,49	4.480.349,84
DIFERIMENTOS	20	84.000,00	44.159,03
		4.615.786,30	12.172.592,65
TOTAL DO PASSIVO		17.868.439,12	21.387.800,70
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		25.318.360,34	30.358.810,26

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS Nº 83017

Rob 654

Paulo Rodrigues



Sinfic - Sistemas Informação Industriais e Consultoria, SA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VALORES ACUMULADOS

UNIDADE MONETÁRIA (€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		Dezembro 2016	Dezembro 2015
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	12	502.523,81	1.693.351,39
GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	5/10	3.536.512,38	-1.403.416,77
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	14	00,000	00,000
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	11	-404.487,48	-128.328,54
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	20	-550.919,81	-1.031.029,50
GASTOS COM O PESSOAL	20	-647.139,01	-2.977.926,26
IMPARIIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)	9	-10.065,08	-22.093,07
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	13	133.718,68	00,000
OUTROS RENDIMENTOS	18	1.149.552,90	1.320.730,69
OUTROS GASTOS	18	-405.159,20	-158.462,89
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		3.304.537,19	-2.707.174,95
GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	6/7	-1.062.107,64	-235.844,06
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		2.242.429,55	-2.943.019,01
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	18	48,78	829,95
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	18	-708.750,59	-858.011,10
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1.533.727,74	-3.800.200,16
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	17	-7.342,02	-27.085,30
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO		1.526.385,72	-3.827.285,46

RESULTADO DAS ACTIVIDADES DESCONTINUADAS (LIQUIDO DE IMPOSTOS) INCLUIDO NO RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO

RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVELA:
DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE
INTERESSES MINORITÁRIOS

RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS N.º 83017

Paula Rodrigues



Sinfic - Sistemas Informação Industriais e Consultoria, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALORES ACUMULADOS

UNIDADE MONETÁRIA (€)

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE												INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	5.000.000,00	0,00	0,00	100.000,00	577.449,16	0,00	4.155.277,48	3.458.999,36	0,00	870.251,06	1.009.767,81	13.152.209,25		13.152.209,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.023.704,35	659.961,32	0,00	60,99	1.009.767,81	-353.914,23	0,00	-353.914,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-2.023.704,35	659.961,32	0,00	60,99	1.009.767,81	-353.914,23		-353.914,23
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3											-3.827.285,46	-3.827.285,46		-3.827.285,46
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO															
REALIZAÇÕES DE CAPITAL	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6 = 1 + 2 + 3 + 5	5.000.000,00	0,00	0,00	100.000,00	577.449,16	0,00	2.131.573,13	4.118.960,68	0,00	870.312,05	-3.827.285,46	8.971.009,56	0,00	8.971.009,56

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS N.º 83617

Paula Rodrigues

[Signature]

[Signature]

Paula Rodrigues



Sinfic - Sistemas Informação Industriais e Consultoria, SA

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VALORES ACUMULADOS

UNIDADE MONETÁRIA (R\$)

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	5.000.000,00	0,00	0,00	100.000,00	577.449,16	0,00	2.131.573,13	0,00	4.989.272,73	3.827.285,46	8.971.009,56	8.971.009,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	2							-3.909.470,46		-2.965.289,06	3.827.285,46	-3.047.474,06	-3.047.474,06
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										1.526.385,72	1.526.385,72	1.526.385,72
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3										5.353.671,18	-1.521.088,34	-1.521.088,34
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO													
REALIZAÇÕES DE CAPITAL	5												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6 = 1 + 2 + 3 + 5	5.000.000,00	0,00	0,00	100.000,00	577.449,16	0,00	-1.777.897,33	0,00	2.023.983,67	1.526.385,72	7.449.921,22	7.449.921,22

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS Nº 83817

Roberto L. F. J.

Paula Rodrigues

Anexo individual ao Balanço e Demonstração dos Resultados



SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Alfragide, concelho da Amadora, constituída em 30 de Agosto de 1990, que tem por objeto a produção, desenvolvimento, importação, exportação e comercialização de programas para computadores, comercialização de equipamentos informáticos e desenvolvimento de formação profissional.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico aplicável

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o referencial contabilístico nacional (Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho), constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não foi derogada qualquer disposição do Sistema de Normalização Contabilística que afete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não há contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Ativos fixos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a empresa, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a Empresa possuir o controlo sobre os mesmos.

Os ativos fixos intangíveis são constituídos basicamente por despesas com propriedade industrial e outros ativos fixos intangíveis, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes durante o período de vigência das mesmas, entre 3 a 5 anos.

Goodwill

O *goodwill*, traduzido pelo excesso do gasto de uma concentração de atividades empresariais face ao justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da sociedade adquirida, é mensurado pelo seu custo menos qualquer perda por imparidade acumulada. O *goodwill* não é amortizado, sendo anualmente testado quanto à imparidade.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e são depreciados através do método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Vida útil

Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	3 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

Locações

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na Nota 3.1 b). De acordo com este método, o custo do ativo é registado nos ativos fixos tangíveis, sendo a correspondente responsabilidade registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Investimentos financeiros

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando existem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos, caso em que é usado o método do custo. De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer a parte da empresa nos resultados das associadas após a data de aquisição. As quantias escrituradas são ainda ajustadas para fazer face a alterações no capital próprio das associadas sendo o ajustamento diretamente reconhecido no capital próprio da empresa. Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados na proporção da empresa nas associadas.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou do respetivo valor de mercado, utilizando-se o Custo Específico como método de custeio de saída. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custo de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Financiamentos Obtidos

A empresa reconhece a generalidade dos seus financiamentos pelo método do custo, uma vez que se financia às taxas de juro de mercado. No entanto, a empresa aplicou o método do custo amortizado, cujos encargos financeiros são calculados através da aplicação da taxa de juro efetiva, de acordo com as disposições da NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos, a um financiamento que engloba bonificação de juros, ao abrigo do programa PME Invest. Para este financiamento foi atualizado o valor do mesmo na parcela correspondente ao ganho obtido pela bonificação dos juros.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e de outras contas a pagar são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e de outras contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem, assim como os investimentos financeiros a curto prazo de elevada liquidez.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

Especialização de Exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Ativos e Passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e gastos na Demonstração dos Resultados do período.

Imposto sobre o Rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o Rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Rédito

O rédito proveniente da venda de bens é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, quando a empresa transfere para o comprador os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para relacioná-los com os gastos que se pretende que eles compensem.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e juízos de valor feitos pelo órgão de gestão foram efetuados com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas, pelo que o referido procedimento não evita que os valores reais possam diferir das estimativas efetuadas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas pelo órgão de gestão na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Valorização dos ativos intangíveis em curso;
- Reconhecimento do rédito de projetos em curso.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas contabilísticas para significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- ❖ Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico, sendo definida de acordo com a melhor estimativa do órgão de gestão, e
- ❖ Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber: o risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas

estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

UNIDADE MONETÁRIA (€)				
Quantia escriturada e movimentos do período	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
	(1)	(2)	(3)	(4)
CAIXA	2.341,09 €	5.110,86 €	6.699,77 €	752,18 €
DEPÓSITOS À ORDEM	66.741,42 €	6.849.899,16 €	6.770.291,50 €	146.349,08 €
OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	- €	- €	- €	- €
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS À ORDEM	69.082,51 €	6.855.010,02 €	6.776.991,27 €	147.101,26 €
DOS QUAIS: DEPÓSITOS BANCÁRIOS NO EXTERIOR	- €	- €	- €	- €

5. PARTES RELACIONADAS

5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão:

a) Total de remunerações:

O total de remunerações pagas ao pessoal chave da gestão, ou órgão social da empresa foi de 19.552,59 €.

5.2 Transações entre partes relacionadas:

A empresa detém participações nas empresas que se seguem:

- Inova 47,31%
- Novageo 98,33%
- Sinfic Angola 49,35%
- Tuamutunga Trading 73,68%
- Quatenus Brasil 55%
- Sinfic Moçambique 48%
- Metalocator 75%
- CNS Norte 87,88%

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Subsidiárias

b) Transações e saldos pendentes:

As transações e saldos pendentes constam do quadro seguinte:

	Transações				Saldos			
	Vendas	Prestações Serviços	Compras	Serviços Recebidos	Clientes	Outras Contas a Receber	Fornecedores	Outras Contas a Pagar
SUBSIDIÁRIAS								
Inova	- €	3.000,00 €	- €	- €	- €	- €	46.804,74 €	- €
Novageo	- €	3.000,00 €	- €	- €	19.355,07 €	- €	- €	- €
Sinfic Angola	399.227,34 €	26.094,27 €	- €	- €	5.424.643,18 €	- €	- €	310.565,11 €
Tuamutunga Trading	- €	3.000,00 €	- €	- €	- €	2.281,24 €	868,36 €	114.939,85 €
Quatenus	- €	- €	- €	- €	3.341.108,07 €	864.377,82 €	- €	- €
Sinfic Moçambique	- €	- €	- €	- €	1.051.304,73 €	52.575,33 €	- €	- €
Metalocator	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	10.515,19 €
CNS Norte	- €	- €	- €	- €	- €	2.170,00 €	- €	42.585,00 €
	399.227,34 €	35.094,27 €	- €	- €	9.836.411,05 €	921.404,39 €	47.673,10 €	478.605,15 €
OUTRAS PARTES RELACIONADAS								
Tuamutunga Angola	- €	- €	- €	- €	236.250,69 €	30.409,00 €	- €	- €
Rokafric	- €	- €	- €	- €	9.351,32 €	2.407,73 €	- €	- €
Marlin	- €	- €	- €	- €	9.445,55 €	7.459,14 €	- €	- €
Novageo Moçambique	- €	- €	- €	- €	- €	87.567,48 €	- €	- €
Frutos Vettonia	- €	- €	- €	- €	84,00 €	- €	4.848,74 €	- €
	- €	- €	- €	- €	255.131,56 €	127.843,35 €	4.848,74 €	- €

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS:

6.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os ativos intangíveis da empresa têm vida útil finita estimada de 3 anos, o que corresponde a uma taxa amortização de 33,33%.

b) O método de amortização usado para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;

O método de amortização usado é o método das quotas constantes.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas no começo e fim do período);

Ver quadro da alínea e) deste ponto

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída;

Todas as amortizações de ativos intangíveis encontram-se incluídas no item “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização.

- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações.

A reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período consta do quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA:									
1	QUANTIA BRUTA ESCRITURADA FINAL								- €
2	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS								- €
3	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA FINAL (3 = 1 - 2)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
COM VIDA ÚTIL FINITA:									
4	QUANTIA BRUTA ESCRITURADA INICIAL		752.631,86 €		946.840,21 €	83.064,80 €			1.782.536,87 €
5	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS INICIAIS		752.631,86 €		946.840,21 €	83.064,80 €			1.782.536,87 €
6	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS INICIAIS								- €
7	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA INICIAL (7 = 4 - 5 - 6)	- €	0 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
8	MOVIMENTOS DO PERÍODO: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + + 8.6)	- €	1.791.391,03 €	- €	- €	- €	- €	- €	1.791.391,03 €
8.1	TOTAL DAS ADIÇÕES	- €	2.687.086,55 €	- €	- €	- €	- €	- €	2.687.086,55 €
ADIÇÕES	AQUISIÇÕES EM 1.ª MÃO								- €
	AQUISIÇÕES ATRAVÉS DE CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS								- €
	OUTRAS AQUISIÇÕES		2.687.086,55 €						2.687.086,55 €
	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE								- €
	ACRÉSCIMO POR REVALORIZAÇÃO								- €
	OUTRAS								- €
8.2	TOTAL DAS DIMINUIÇÕES	- €	895.695,52 €	- €	- €	- €	- €	- €	895.695,52 €
DIMINUIÇÕES	AMORTIZAÇÕES		895.695,52 €						895.695,52 €
	PERDAS POR IMPARIDADE								- €
	ALIENAÇÕES								- €
	ABATES								- €
	OUTRAS								- €
8.3	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE								- €
8.4	TRANSFERÊNCIAS DE INTANGÍVEIS EM CURSO								- €
8.5	TRANSFERÊNCIAS DE/PARA ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA								- €
8.6	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS								- €
9	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA FINAL (9 = 7 + 8)	- €	1.791.391,03 €	- €	- €	- €	- €	- €	1.791.391,03 €
10	QUANTIA DA GARANTIA DE PASSIVOS E/OU TITULARIDADE RESTRINGIDA								- €

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

- a) Base de mensuração usada para determinar a quantia escriturada bruta:

Foi utilizado o modelo do custo para mensurar todos os ativos fixos tangíveis da empresa.

- b) Métodos de depreciação usados:

O método da linha reta ou das quotas constantes foi utilizado para todos os ativos fixos tangíveis da empresa.

- c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Vidas úteis

Edifícios e outras construções	50 e 10 anos
Equipamento básico	3 – 8 anos
Equipamento administrativo	3 – 8 anos

Equipamento de transporte
Outros ativos fixos tangíveis

4 anos
3 – 8 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Ver quadro da alínea seguinte.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

A reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período consta do quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento por conta de AFT	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1	QUANTIA BRUTA ESCRITURADA INICIAL		2.409.267,93 €	1.494.086,52 €	321.011,95 €	625.902,84 €		12.743,33 €			4.863.012,57 €
2	DEPRECIACÕES ACUMULADAS INICIAIS		696.671,57 €	1.227.471,66 €	320.386,90 €	616.285,33 €		12.743,33 €			2.873.558,79 €
3	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS INICIAIS										- €
4	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA INICIAL (4 = 1 - 2 - 3)	- €	1.712.596,36 €	266.614,86 €	625,05 €	9.617,51 €	- €	- €	- €	- €	1.989.453,78 €
5	MOVIMENTOS DO PERÍODO: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	- €	- 49.642,35 €	- 107.069,64 €	- €	- 4.669,70 €	- €	- €	- €	- €	- 161.381,69 €
5.1	TOTAL DAS ADIÇÕES	- €	- €	5.030,43 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5.030,43 €
ADIÇÕES	AQUISIÇÕES EM 1.ª MÃO			5.030,43 €							5.030,43 €
	AQUISIÇÕES ATRAVÉS DE CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS										- €
	OUTRAS AQUISIÇÕES										- €
	ESTIMATIVA DE CUSTOS DE DESMANTELAMENTO E REMOÇÃO TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE										- €
	ACRÉSCIMO POR REVALORIZAÇÃO										- €
5.2	TOTAL DAS DIMINUIÇÕES	- €	49.642,35 €	112.100,07 €	- €	4.669,70 €	- €	- €	- €	- €	166.412,12 €
DIMINUIÇÕES	DEPRECIACÕES		49.642,35 €	112.100,07 €		4.669,70 €					166.412,12 €
	PERDAS POR IMPARIDADE										- €
	ALIENAÇÕES										- €
	ABATES										- €
	OUTRAS										- €
5.3	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE										- €
5.4	TRANSFERÊNCIAS DE AFT EM CURSO										- €
5.5	TRANSFERÊNCIAS DE/ PARA ACTIVOS NÃO CORRENTES										- €
5.6	DETIDOS PARA VENDA										- €
6	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA FINAL (6 = 4 + 5)	- €	1.662.954,01 €	159.545,22 €	625,05 €	4.947,81 €	- €	- €	- €	- €	1.828.072,09 €
7	QUANTIA DA GARANTIA DE PASSIVOS E/OU TITULARIDADE RESTRINGIDA										- €

7.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período.

O total de depreciações reconhecidas, no resultado de 2016, ascendeu a 166.412,12 €.

7.3 Depreciação acumulada no final do período.

O total de depreciações acumuladas no final do período corrente foi de 2.793.087,06 €.

8. LOCAÇÕES:

8.1 Locações operacionais — locatários:

- a) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação nas locações operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:

Futuros pagamentos mínimos de Locação	Valor Futuro
NÃO MAIS DE UM ANO	822,50 €
MAIS DE UM ANO E NÃO MAIS DE CINCO ANOS	
MAIS DE CINCO ANOS	
TOTAL	822,50 €

- b) Pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como um gasto no período, com quantias separadas para pagamentos mínimos de locação, rendas contingentes, e pagamentos de sublocação:

No período de 2016, foram reconhecidos gastos relativos a pagamentos de locação, associados a pagamentos mínimos de locação, no valor total de 48.732,57€.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS:

9.1 Para cada classe de ativos:

- a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas):

DESCRIÇÃO	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
	(1)	(2)	(3)= (1-2)
DÍVIDAS A RECEBER DE CLIENTES	37.842,66 €	27.777,58 €	10.065,08 €
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			- €
INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO E OUTROS TÍTULOS			- €
OUTRAS			- €
TOTAL	37.842,66 €	27.777,58 €	10.065,08 €

10. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS:

10.1 Para cada concentração de atividades empresariais (como adquirente) efetuada durante o período (as informações seguintes podem ser divulgada em conjunto no caso de concentrações de atividades empresariais, efetuadas durante o período de relato, que sejam individualmente imateriais):

- a) Nomes e descrições das entidades ou atividades empresariais concentradas:

As participações financeiras em empresas subsidiárias, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de Dezembro de 2016 são as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Data Aquisição	País	Percentagem Capital detido	Valor Contabilístico	Informação financeira das empresas subsidiárias					Principal Actividade
					Activos	Passivos	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido	
INOVA	mar-05	Portugal	47,31%	275.226,96 €	630.133,97 €	48.370,65 €	194.833,81 €	207.065,06 €	- 12.231,25 €	Prestação de serviços relativos a projectos e sistemas industriais, soluções tecnológicas
NOVAGEO	nov-09	Portugal	98,33%	- 305.630,78 €	169.023,11 €	480.388,92 €	174.470,83 €	257.850,36 €	- 83.379,53 €	Sistemas de informação geográfica, cartografia, cadastro, controlo de qualidade, sistemas Web-Based, gestão de dados e informação espacial, sistemas de suporte à decisão, integração de sistemas, consultoria, formação presencial e e-learning.
SINFIC ANGOLA	dez-09	Angola	49,35%	8.250.167,41 €	95.807.273,27 €	79.089.608,81 €	48.128.888,66 €	39.981.609,79 €	8.147.278,87 €	Comercialização de software, sistemas informáticos, estudos viabilidade económica e financeira. Assitência técnica nas áreas de geologia, ordenamento pecuário, contratos de gestão de empreendimentos industriais e comerciais, contratos de representação
TUAMUTUNGA TRADING	mar-10	Portugal	73,68%	95.539,15 €	2.217.510,05 €	2.087.842,36 €	4.137.085,11 €	4.058.466,68 €	78.618,43 €	Comércio, importação e exportação de máquinas agrícolas e industriais, materiais de construção, equipamentos de hotelaria, electrodomésticos e mobiliário bem como a prestação de serviços conexos
SINFIC, LDA	fev-11	Moçambique	48%	- 218.094,75 €	118.895,92 €	4.872,99 €	181.212,91 €	176.148,80 €	5.064,12 €	Revenda de equipamento, software e sistemas informáticos; prestação de serviços de consultoria, serviços de concepção, desenho, desenvolvimento e implantação de sistemas; serviços de concepção de planeamento e ordenamento.
QUATENUS	jun-11	Brasil	55%	- 1.257.847,73 €	2.528.269,17 €	4.815.265,04 €	2.716.738,82 €	3.189.119,98 €	- 472.381,16 €	Atividades de monitoramento e rastreamento, serviços de rastreamento via satélite, desenvolvimento e venda da licença de uso de software com customizações, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, consultoria em tecnologia de informação.
METALOCATOR	abr-12	Brasil	75%	95.210,49 €	164.113,80 €	37.166,50 €	19.448,33 €	11.004,96 €	8.443,37 €	Criação, desenvolvimento e licenciamento de uso de sistemas e/ou programas de computador. A locação de tais bens a terceiros, a prestação de serviços técnicos profissionais em sistemas e programas de computador a terceiros.
CNS NORTE	dez-12	Portugal	87,88%	285.038,78 €	595.047,83 €	56.192,65 €	14.878,23 €	105,00 €	14.773,23 €	Consiste na auditoria, estudos e projetos económicos e de engenharia, formação profissional, comercialização de equipamentos informáticos, manuais e livros técnicos e introdução de programas para computadores
TOTAL				7.219.609,53 €	102.230.267,12 €	86.619.707,92 €	55.567.556,71 €	47.881.370,64 €	7.686.186,07 €	

11. INVENTÁRIOS:

11.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou do respetivo valor de mercado, utilizando-se o Custo Específico como método de custeio de saída.

11.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Em 2016, a quantia escriturada de inventários foi de 136.081,69 €, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	TOTAL
		(1)	(2)	(3)
1	INVENTÁRIOS INICIAIS	136.220,29 €	- €	136.220,29 €
2	COMPRAS	404.348,88 €	- €	404.348,88 €
3	RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE INVENTÁRIOS		- €	- €
4	INVENTÁRIOS FINAIS	136.081,69 €	- €	136.081,69 €
5	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS: (5 = 1+2+3-4)	404.487,48 €	- €	404.487,48 €
OUTRA INFORMAÇÃO RELATIVA A MERCADORIAS, MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO:				
6	AJUSTAMENTOS/PERDAS POR IMPARIDADE DO PERÍODO EM INVENTÁRIOS	- €	- €	- €
7	AJUSTAMENTOS/PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM INVENTÁRIOS	- €	- €	- €
8	REVERSÃO DE AJUSTAMENTOS/PERDAS POR IMPARIDADE DO PERÍODO EM INVENTÁRIOS	- €	- €	- €
9	INVENTÁRIOS ESCRITURADOS PELO JUSTO VALOR MENOS OS CUSTOS DE VENDER	- €	- €	- €
10	INVENTÁRIOS DAOS COMO PENHOR DE GARANTIA A PASSIVOS	- €	- €	- €
11	INVENTÁRIOS QUE SE ENCONTRAM FORA DA EMPRESA	- €	- €	- €
12	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	- €	- €	- €

12. RÉDITO:

12.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

A empresa reconheceu o rédito de todas as receitas e despesas de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

12.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda de bens:

Em 2016, a empresa reconheceu rédito da Venda de bens no valor de 404.185,10 €.

b) Prestação de serviços:

Em 2016, a empresa reconheceu rédito de Prestação de Serviços no valor de 98.338,71 €.

c) Juros:

Em 2016, a empresa reconheceu rédito de Juros e Outros Rendimentos Similares no valor de 48,78 €

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES:

13.1 Divulgações para cada classe de provisão:

À data de 31.12.2016 foram reforçadas as provisões sobre as participadas Novageo Solutions, SA no valor de 81.987,09 € e Quatenus Brasil no valor de 280.540,50 €, e houve uma reversão da participada Sinfic Moçambique no valor de 111.362,16 €, devido à aplicação do método de equivalência patrimonial.

Em 31.12.2016 foi anulada, a participação e respetiva provisão da participada Bioglobal, SA e a provisão constituída para processo judiciais em curso no valor de 800.000,00 €, apesar de a sentença do tribunal ter sido a favor da Sinfic, SA, não prevemos quaisquer benefícios económicos futuros.

DESCRIÇÃO		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Aplicação do MEP	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
1	QUANTIA BRUTA ESCRITURADA INICIAL			800.000,00 €					1.664.126,51 €	2.464.126,51 €
2	MOVIMENTOS DO PERÍODO: (2 = 2.1 - 2.2)	- €	- €	- 800.000,00 €	- €	- €	- €	- €	117.446,75 €	- 682.553,25 €
2.1	TOTAL DE AUMENTOS	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	362.527,59 €	362.527,59 €
AUMENTOS	CONSTITUIÇÃO									- €
	REFORÇO								362.527,59 €	362.527,59 €
	REFORÇO - EFEITO TEMPORAL									- €
	OUTROS									- €
2.2	TOTAL DE DIMINUIÇÕES	- €	- €	800.000,00 €	- €	- €	- €	- €	245.080,84 €	1.045.080,84 €
DIMINUIÇÕES	USO									- €
	REVERSÃO								245.080,84 €	245.080,84 €
	OUTROS			800.000,00 €						800.000,00 €
3	QUANTIA ESCRITURADA FINAL (3 = 1 + 2)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1.781.573,26 €	1.781.573,26 €
OUTRA INFORMAÇÃO										
4	PASSIVOS CONTINGENTES									- €
5	ACTIVOS CONTINGENTES									- €

14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

14.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

A política contabilística adotada pela empresa, relativamente aos subsídios recebidos no âmbito de programas do Governo, depende da natureza dos mesmos quanto ao facto de serem reembolsáveis ou não. Assim sendo:

- Subsídio não reembolsável: reconhecido diretamente em Capital Próprio, nomeadamente em Outras Variações de Capital Próprio, sendo o mesmo imputado a resultados na mesma proporção das amortizações dos ativos com que está relacionado. São assim reconhecidos impostos diferidos associados ao valor do subsídio, sendo os mesmos regularizados na mesma proporção da imputação do subsídio ao investimento.
- Subsídio reembolsável: método do custo amortizado, uma vez que o reembolso não vence juros nem encargos. Nas demonstrações financeiras é reconhecido em Financiamentos Obtidos.

14.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

O subsídio a que a empresa teve direito, atribuído pelo SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, está relacionado com incentivos ao investimento, ao abrigo do Programa Operacional da Economia.

Em 2012 foram atribuídos à Sinfic, pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias empresas e à Inovação (IAPMEI), quatro subsídios no âmbito do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico:

PREMOGEOU - Plataforma de Gestão e Monitorização Georeferenciada do Utente. O período de investimento deste projeto decorre entre 01-01-2011 e 31-12-2014. Esta candidatura insere-se na modalidade de "Projetos Mobilizadores" inscrita na tipologia "I&DT Empresas" do regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. O projeto "TICE.Healthy – Sistemas de Saúde e Qualidade de Vida" pretende desenvolver, integrar e testar abordagens tecnológicas inovadoras que sirvam de base a novos produtos e serviços para os mercados

associados ao sector “Saúde e Qualidade de Vida”. Este mobilizador pretende catalisar as empresas do consórcio para a criação de serviços nesta área, utilizando como suporte a infraestrutura internet e convergindo assim para a disponibilização deste tipo de soluções no mercado. A Sinfic como Co-promotora tem como objetivo dotar os agentes de Saúde dos meios adequados para facilitar a gestão de eventos adversos por admissão hospitalar, designadamente o risco clínico e o risco operacional, associado ao risco do utente, no sentido de reduzir o número de ocorrências, prevenindo-as ou detetando anomalias e levando à sua correção.

PEGSS – Plataforma Eletrónica de Gestão de Serviços de Saúde. O período de investimento deste projeto decorre entre 02-07-2012 e 30-06-2014. Esta plataforma permite efetuar análises periódicas aos indicadores de gestão para geração de relatórios de desempenho dos serviços da unidade de saúde. Ao nível operacional os colaboradores são informados, sobre o cumprimento/desvio face aos objetivos expressos sob a forma de uma matriz de indicadores. Para as chefias intermédias e de topo, recebem informação para comparação do desempenho da instituição face a outras instituições, permitindo obter uma melhor perceção sobre qual o contributo que podem dar para manter ou melhorar o desempenho global da instituição

SONAR – Sistema Eletrónico de Monitorização e Acompanhamento de Doentes Crónicos. O período de investimento deste projeto decorre entre 03-07-2012 e 31-12-2014. Este projeto tem como objetivo o desenvolvimento de uma plataforma que permita a prestação de novos cuidados de saúde, pela criação de mecanismos de aproximação entre utentes e prestadores de cuidados de saúde, e focando em particular os doentes crónicos. Pretende-se que este sistema tenha a capacidade de auxílio na elaboração de diagnósticos e de propor procedimentos a seguir, de modo a que tanto o médico como o utente tenham uma ferramenta de monitorização independentemente do local de acesso. Trata-se, por isso, de uma plataforma promotora do desenvolvimento de práticas de saúde preventiva, com base em alertas e elementos despoletadores de pro-atividade por parte do utente, responsabilizando-o pela monitorização do seu estado de saúde e respetiva comunicação ao médico.

PADSTEP – Plataforma para Análise de Desempenho na Saúde, baseada em Técnicas de Extração de Processos. O período de investimento deste projeto decorre entre 01-09-2012 e 29-08-2014. A Sinfic pretende com este projeto desenvolver e implementar, sob a forma de uma solução informática, uma abordagem que é baseada na extração de conhecimento sobre fluxos de execução de processos em contextos heterogéneos, designadamente no contexto hospitalar, com vista a identificar potenciais ineficiências, comportamentos e situações que comprometam o desempenho e funcionamento da organização.

DESCRIÇÃO		Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ACTIVOS/AO INVESTIMENTO: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	4.292.889,44 €	243,94 €	- €	- €
1.1	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)	298.472,47 €	243,94 €	- €	- €
1.1.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
1.1.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	134.400,91 €	243,94 €		
1.1.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	97.432,90 €			
1.1.4	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE				
1.1.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	63.999,43 €			
1.1.6	EQUIPAMENTOS BIOLÓGICOS				
1.1.7	OUTROS	2.639,23 €			
1.2	ACTIVOS INTANGÍVEIS (1.2 = 1.2.1 + 1.2.2 + + 1.2.4)	3.994.416,97 €	- €	- €	- €
1.2.1	PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO	3.439.718,31 €			
1.2.2	PROGRAMAS DE COMPUTADOR				
1.2.3	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	471.633,86 €			
1.2.4	OUTROS	83.064,80 €			
1.3	OUTROS ACTIVOS				
2	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM RENDIMENTOS/À EXPLORAÇÃO				
3	VALOR DOS REEMBOLSOS NO PERÍODO RESPEITANTES A: (3 = 3.1 + 3.2)	- €	- €	- €	- €
3.1	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ACTIVOS/AO INVESTIMENTO				
3.2	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM RENDIMENTOS/À EXPLORAÇÃO				
4	TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	4.292.889,44 €	243,94 €	- €	- €

A imputação do subsídio não reembolsável aos rendimentos do período é facto gerador de passivos por impostos diferidos. Os efeitos do reconhecimento e imputação dos impostos diferidos são apresentados no quadro seguinte:

Subsídio não Reembolsável	Valores
RECONHECIMENTO DO SUBSÍDIO	14.050,13 €
ANTES DE IMPOSTOS DIFERIDOS	12.257,11 €
IMPOSTOS DIFERIDOS	1.793,02 €
RECONHECIMENTO EM RESULTADOS	279.986,60 €
ANTES DE IMPOSTOS DIFERIDOS	280.037,83 €
IMPOSTOS DIFERIDOS	- 51,23 €
SALDO FINAL EM 31.12.16	- 439.891,47 €
ANTES DE IMPOSTOS DIFERIDOS	- 567.882,00 €
IMPOSTOS DIFERIDOS	127.990,53 €

15. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO:

15.1 Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados).

Todas as diferenças de câmbio apuradas no período foram reconhecidas em resultados e reportam-se à atividade operacional da empresa. A decomposição é a seguinte:

DIFERENÇAS DE CâMBIO	
Reconhecidas em resultados do período	Valor
DIFERENÇAS DE CâMBIO DESFAVORÁREIS	7.442,99 €
DIFERENÇAS DE CâMBIO FAVORÁREIS	11.762,63 €
LIQUIDAS E RECONHECIDAS EM CAPITAIS PRÓPRIOS NO PERÍODO	- €

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

16.1 Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou:

A autorização para a emissão das Demonstrações Financeiras foi dada a 31.03.17, por indicação do Presidente do Conselho da Administração da empresa.

- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Após a data de emissão das Demonstrações Financeiras, não há a possibilidade das mesmas serem alteradas.

16.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Entre 31.12.16 e 31.03.17, não ocorreram acontecimentos que justificassem quer ajustamentos às Demonstrações Financeiras do período findo a 31.12.16, quer divulgações sobre esses acontecimentos.

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

17.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes:

O gasto por impostos correntes do período de 2016 é de -7.393,25 €.

Este valor inclui 7.393,25 € associados a tributações autónomas.

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias:

Quanto aos gastos (rendimentos) associados à origem de impostos diferidos e a sua imputação no tempo, o valor imputado a resultados em 2016 foi de 51,23 €.

DESCRIÇÃO		Valor
1	RESULTADO CONTABILÍSTICO DO PERÍODO (ANTES DE IMPOSTOS)	1.533.727,74 €
2	IMPOSTO CORRENTE	- 7.393,25 €
3	IMPOSTO DIFERIDO	51,23 €
4	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO (4 = 2 + 3)	- 7.342,02 €
5	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS	- 7.393,25 €
6	TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO [6 = (4 + 5) / 1 X 100]	0,96%

17.2 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio.

Em resultado da atribuição de subsídios não reembolsáveis no âmbito de programas do Governo, a empresa reconheceu passivos por impostos diferidos que afetaram diretamente o Capital Próprio. Em 2016, o valor de impostos diferidos incluídos nos capitais próprios diminuiu para 127.990,53 €. Este saldo é relativo aos subsídios POE – SIME e IAPMEI.

17.3 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

Os encargos de imposto (rendimento) registados no período, face ao resultado antes de impostos, podem ser justificados do seguinte modo:

Descrição	Base Fiscal	Imposto
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.533.727,74 €	
DIFERENÇAS PERMANENTES	- 3.282.649,76 €	
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	38.370,61 €	
ANULAÇÃO EFEITOS DO MEP	- 3.536.512,38 €	
DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS	113,65 €	
MULTAS, COIMAS, JUROS COMPENSATÓRIOS	200.916,37 €	
ENCARGOS COM VIATURAS	12.010,37 €	
CREDITO IMPOSTO DUPLA TRIBUTAÇÃO JURIDICA	2.502,85 €	
IMPOSTOS DIFERIDOS	- 51,23 €	
<i>SUBTOTAL</i>	- 1.748.922,02 €	
APLICAÇÃO TAXAS IMPOSTO		- €
TAXA NORMAL (21%)		- €
DERRAMA (1,5%)		- €
DEDUÇÃO DUPLA TRIBUTAÇÃO JURIDICA INTERNACIONAL		
IMPOSTO CORRENTE		- €
TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS		7.393,25 €
IMPOSTO ESTIMADO		7.393,25 €
IMPOSTO DIFERIDO		51,23 €
GASTO DE IMPOSTO NO PERÍODO		7.342,02 €

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas contabilísticas:

18.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A empresa utilizou, para todos os ativos e passivos financeiros, o método do custo, com exceção dos financiamentos em que foi aplicado o método do custo amortizado, tal como indicado na nota 3.1 deste documento.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

18.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

O quadro seguinte mostra a quantia escriturada das categorias de ativos e passivos financeiros, distinguidos pelos métodos de mensuração adotados e indicando as quantias de perdas por imparidade reconhecidas para cada categoria:

DESCRIÇÃO	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
	(1)	(2)	(3)	(4)
ACTIVOS FINANCEIROS:	- €	- €	12.666.412,58 €	254.147,61 €
CLIENTES			10.517.626,89 €	254.147,61 €
ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES				
ACCIONISTAS/SÓCIOS				
OUTRAS CONTAS A RECEBER			1.428.395,15 €	
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
DOS QUAIS: ACÇÕES E QUOTAS INCLuíDAS NA CONTA "1421"				
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS			720.390,54 €	
DOS QUAIS:				
ACÇÕES E QUOTAS INCLuíDAS NA CONTA "1431"				
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS INCLuíDOS NA CONTA "1431"				
PASSIVOS FINANCEIROS:	- €	- €	15.958.875,33 €	- €
FORNECEDORES			579.898,82 €	
ADIANTEMENTOS DE CLIENTES			- €	
ACCIONISTAS/SÓCIOS				
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			12.433.994,79 €	
DOS QUAIS:				
EMPRÉSTIMO POR OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS QUE SE ENQUADRAM NA DEFINIÇÃO DE PASSIVO FINANCEIRO				
PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES QUE SE ENQUADRAM NA DEFINIÇÃO DE PASSIVO FINANCEIRO:				
AUMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO				
DIMINUIÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO				
OUTRAS CONTAS A PAGAR			2.856.757,49 €	
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS			88.224,23 €	
GANHOS E PERDAS LÍQUIDOS RECONHECIDOS DE:				
ACTIVOS FINANCEIROS			3.526.447,30 €	
PASSIVOS FINANCEIROS			712.546,10 €	
TOTAL DE RENDIMENTOS E GASTOS DE JUROS EM:				
ACTIVOS FINANCEIROS			48,78 €	
PASSIVOS FINANCEIROS			- 676.902,99 €	

Elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas:

18.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Em 2016, o total de gastos de juros de passivos financeiros, utilizando o método da taxa de juro efetiva, foi de 676.902,99 €.

18.4 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros.

A empresa apenas tem reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber de clientes, tal como indicado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
	(1)	(2)	(3)= (1-2)
DÍVIDAS A RECEBER DE CLIENTES	37.842,66 €	27.777,58 €	10.065,08 €
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			- €
INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO E OUTROS TÍTULOS			- €
OUTRAS			- €
TOTAL	37.842,66 €	27.777,58 €	10.065,08 €

Instrumentos de capital próprio:

18.5 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social da empresa encontra-se totalmente realizado no valor de 5.000.000 €.

18.6 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social é representado por 1.000.000 de ações com o valor nominal de 5 € cada.

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de «Capital Próprio» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
	(1)	(2)	(3)	(4)
CAPITAL	5.000.000,00 €			5.000.000,00 €
POR MEMÓRIA: ACCIONISTAS C/ SUBSCRIÇÃO				- €
POR MEMÓRIA: QUOTAS NÃO LIBERADAS				- €
ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	- €	- €	- €	- €
VALOR NOMINAL				- €
DESCONTOS E PRÉMIOS				- €
OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL				- €
PRÉMIOS DE EMISSÃO	100.000,00 €			100.000,00 €
RESERVAS	577.449,16 €	- €	- €	577.449,16 €
RESERVAS LEGAIS	577.449,16 €			577.449,16 €
OUTRAS RESERVAS				- €
RESULTADOS TRANSITADOS	2.131.573,13 €	3.909.470,46 €		- 1.777.897,33 €
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	- €	- €	- €	- €
REAVALIAÇÕES DECORRENTES DE DIPLOMAS LEGAIS				- €
OUTROS				- €
AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	4.989.272,73 €	3.090.174,34 €	124.885,28 €	2.023.983,67 €
SUBSÍDIOS	1.123.187,86 €	555.305,86 €		567.882,00 €
DOAÇÕES				- €
OUTRAS	3.866.084,87 €	2.534.868,48 €	124.885,28 €	1.456.101,67 €
RESULTADO LÍQUIDO	- 3.827.285,46 €		5.353.671,18 €	1.526.385,72 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	8.971.009,56 €	6.999.644,80 €	5.478.556,46 €	7.449.921,22 €

19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:

19.1 Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos

Ao abrigo do artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro, a empresa não tem dívidas em mora ao Estado.

Ao abrigo do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, a empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social (Revogado pelo artigo 210º do Código Contributivo).

19.2 Informação por atividades económicas

No quadro seguinte apresenta-se a atividade económica da empresa segundo o seu CAE:

DESCRIÇÃO		Actividades Económicas	
		Actividade CAE - Rev 3 62010	TOTAL
		(1)	(2)
1	VENDAS: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	404.185,10 €	404.185,10 €
1.1	MERCADORIAS	404.185,10 €	404.185,10 €
1.2	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS, SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS		- €
1.3	ACTIVOS BIOLÓGICOS		- €
2	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	98.338,71 €	98.338,71 €
3	COMPRAS	404.348,88 €	404.348,88 €
4	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	550.919,81 €	550.919,81 €
5	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	404.487,48 €	404.487,48 €
5.1	MERCADORIAS	404.487,48 €	404.487,48 €
5.2	MATÉRIAS-PRIMAS,SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO		- €
5.3	ACTIVOS BIOLÓGICOS (COMPRAS)		- €
6	VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO		- €
7	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO	18	18
8	GASTOS COM O PESSOAL: (8 = 8.1 + 8.2)	647.139,01 €	647.139,01 €
8.1	REMUNERAÇÕES	420.369,37 €	420.369,37 €
8.2	OUTROS (INCLUI PENSÕES)	226.769,64 €	226.769,64 €
9	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:		
9.1	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA FINAL	1.828.072,09 €	1.828.072,09 €
9.2	TOTAL DE AQUISIÇÕES	5.030,43 €	5.030,43 €
9.3	DAS QUAIS: EM EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	- €	- €
9.4	ADIÇÕES NO PERÍODO DE ACTIVOS EM CURSO		- €
10	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:		
10.1	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA FINAL		- €
10.2	TOTAL DE AQUISIÇÕES		- €
10.3	DAS QUAIS: EM EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES		- €
10.4	ADIÇÕES NO PERÍODO DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS EM CURSO		- €

19.3 Informação por mercados geográficos

Os rendimentos e gastos desdobrados por mercados geográficos, no período de 2016, estão apresentados no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Mercados geográficos			
		Interno	Comunitário	Extra-Comunitário	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	VENDAS	4.957,76 €		399.227,34 €	404.185,10 €
2	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	74.891,17 €		23.447,54 €	98.338,71 €
3	COMPRAS	5.612,35 €	221.517,93 €	177.218,60 €	404.348,88 €
4	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	540.744,04 €	9.615,79 €	559,98 €	550.919,81 €
5	AQUISIÇÕES DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				- €
6	AQUISIÇÕES DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO				- €
7	AQUISIÇÕES DE ACTIVOS INTANGÍVEIS				- €
8	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES: (8 = 8.1 + + 8.5)	428.396,17 €	- €	404.906,63 €	833.302,80 €
8.1	SERVIÇOS SOCIAIS				- €
8.2	ALUGUER DE EQUIPAMENTO				- €
8.3	ESTUDOS, PROJECTOS E ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA				- €
8.4	ROYALTIES	204.310,56 €			204.310,56 €
8.5	OUTROS	224.085,61 €		404.906,63 €	628.992,24 €
9	POR MEMÓRIA: VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO (VALORES NÃO DESCONTADOS)	79.848,93 €	- €	422.674,88 €	502.523,81 €
10	POR MEMÓRIA: COMPRAS E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (VALORES NÃO DESCONTADOS)	546.356,39 €	231.133,72 €	177.778,58 €	955.268,69 €

20. OUTRAS INFORMAÇÕES:

20.1 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	VALORES
ACTIVO	143.328,75 €
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	12,20 €
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	44.137,66 €
OUTROS IMPOSTOS	99.178,89 €
PASSIVO	78.154,18 €
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	7.393,25 €
RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	29.779,84 €
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	406,77 €
OUTROS IMPOSTOS	40.574,32 €

20.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	VALORES
GASTOS A RECONHECER	4.302,68 €
SEGUROS	3.052,80 €
CONTRATOS MANUTENÇÃO	402,88 €
OUTROS GASTOS	847,00 €
RENDIMENTOS A RECONHECER	- €
PRESTAÇÕES SERVIÇOS	- €
CONTRATOS MANUTENÇÃO	- €

20.3 Devedores e Credores por Acréscimos

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de «Devedores e Credores por Acréscimos» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	VALORES
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	- €
PRESTAÇÕES SERVIÇOS	- €
CONTRATOS MANUTENÇÃO	- €
OUTROS ACRÉSCIMOS RENDIMENTOS	- €
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	356.563,67 €
REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR	82.977,72 €
PRESTAÇÕES SERVIÇOS	6.187,30 €
JUROS A LIQUIDAR	18.305,66 €
OUTROS ACRÉSCIMOS DE GASTOS	249.092,99 €

20.4 Outros Devedores

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de «Outros Devedores» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	VALORES
OUTROS DEVEDORES	1.403.738,53 €
QUATENUS	864.377,82 €
ENTIDADES PÚBLICAS (SUBSÍDIOS)	3.001,92 €
TUAMUTUNGA ANGOLA	30.409,00 €
NOVAGEO MZ	87.567,48 €
ACIC	85.014,96 €
SINFIC MZ	52.575,33 €
PEDRO FRAGOSO	19.134,29 €
DEVEDORES DIVERSOS	261.657,73 €

20.5 Honorários do Revisor Oficial de Contas

Durante o exercício de 2016 foram faturados à empresa 7.920,00 € de honorários relativos à revisão oficial das contas anuais, acrescidos de IVA.

20.6 Custos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de «Custos com o Pessoal», nº de pessoas ao serviço e horas trabalhadas apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	Valor
GASTOS COM O PESSOAL	647.139,01 €
REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	19.552,59 €
DAS QUAIS: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	400.816,78 €
DAS QUAIS: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	- €
PRÉMIOS PARA PENSÕES	
OUTROS BENEFÍCIOS	
DOS QUAIS:	
PARA PLANOS DE CONTRIBUIÇÕES DEFINIDAS - ÓRGÃOS SOCIAIS	
PARA PLANOS DE CONTRIBUIÇÕES DEFINIDAS - OUTROS	
INDEMNIZAÇÕES	131.799,32 €
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	95.437,02 €
SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1.862,74 €
GASTOS DE ACÇÃO SOCIAL	- €
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	1.396,04 €
DOS QUAIS:	
GASTOS COM FORMAÇÃO	128,00 €
GASTOS COM FARDAMENTO	

DESCRIÇÃO	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
	(1)	(2)
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA, REMUNERADAS E NÃO REMUNERADAS:	18	32320
PESSOAS REMUNERADAS AO SERVIÇO DA EMPRESA	18	32320
PESSOAS NÃO REMUNERADAS AO SERVIÇO DA EMPRESA		
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA, POR TIPO DE HORÁRIO:		
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA A TEMPO COMPLETO	18	32320
DAS QUAIS: PESSOAS REMUNERADAS AO SERVIÇO DA EMPRESA A TEMPO COMPLETO		
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA A TEMPO PARCIAL		
DAS QUAIS: PESSOAS REMUNERADAS AO SERVIÇO DA EMPRESA A TEMPO PARCIAL		
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA, POR SEXO:		
HOMENS	10	18920
MULHERES	8	13400
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA, DAS QUAIS:		
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA, AFECTAS À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
PRESTADORES DE SERVIÇOS		
PESSOAS COLOCADAS ATRAVÉS DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Luís Hansson Leite Fragoso



Luís Filipe da Conceição Nobre



Fernando José H. F. Santos



O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Paula Cristina Oliveira Rodrigues





Certificação Legal de Contas



RELATÓRIO E PARECER

DO FISCAL ÚNICO

- 1 - No cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a ação exercida no decurso do exercício de 2016, na empresa **SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A.**, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, e os respetivos anexos, relativos àquele exercício.
- 2 - Acompanhámos a vida da Sociedade e mantivemo-nos informados sobre o seu desenvolvimento, devidamente explicitado no relatório de gestão elaborado sobre o exercício, nomeadamente o facto de ter sido homologado, em 19/03/2016, o Processo Especial de Revitalização apresentado no Tribunal de Sintra e a decorrer durante o exercício.
- 3 - As contas e o resultado do exercício foram apreciados nos termos da Certificação Legal das Contas por nós emitida.
- 4 - Face ao exposto, somos de PARECER:
 1. Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados e o respectivo anexo de **SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A.**, referentes ao exercício de 2016,
 2. que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 25 de julho de 2017

O FISCAL ÚNICO

Amável Alberto Freixo Calhau

Em representação de:

"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda."



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **“SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, SA.”**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 25.318.360 euros e um total de capital próprio de 7.449.921 euros, incluindo um resultado líquido de 1.526.386 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **“da “SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, SA.”**, em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

No decorrer do exercício, continuou a ser executado o Processo Especial de Revitalização, homologado pelo Tribunal de Sintra em 19 de março de 2016

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de julho de 2017

Amável Alberto Freixo Calhau

Em representação de:

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda.